

POLÍTICA / TEMA DO DIA
DINHEIRO PÚBLICO

O objetivo do Planalto é esclarecer todas as denúncias de mau uso dos cartões corporativos e punir quem praticou eventuais irregularidades

Munição governista para rebater ataques

DANIEL PEREIRA
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo está passando um pente-fino nas supostas irregularidades com cartões corporativos divulgadas nas últimas três semanas. A idéia é obter de cada órgão público federal sob suspeita uma resposta capaz de comprovar a legalidade das operações realizadas e, assim, derrubar a "denúncia". Se for detectado que determinada despesa foi feita de forma irregular, o governo pretende mostrar qual medida foi ou será adotada para sanar e punir o erro cometido.

As informações constarão de um dossiê que será distribuído pelo ministro de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, aos líderes de partidos aliados no Congresso. Servirá de munição para o embate político com a oposição na comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o caso. O Palácio do Planalto quer que deputados e senadores da base respondam prontamente às acusações feitas pelo DEM e PSDB, a fim de abatê-las no nascedouro.

O plano tem inspiração na CPI dos Correios. A avaliação é de que, naquela ocasião, governistas demoraram a rechaçar suspeitas levantadas pela oposição, as quais teriam sido assimiladas como verdadeiras pela opinião pública. O presidente nacional do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), lembra, por exemplo, que jornais noticiaram com destaque a acusação de que a Caixa Econômica Federal teria comprado a carteira de crédito consignado do BMG como compensação aos empréstimos concedidos pelo banco ao PT.

Quando a denúncia caiu por terra, a informação só foi publicada na "página 14" dos jornais, reclama Berzoini. "O governo e a sociedade querem a apuração rápida. O governo, inclusive, já foi rápido ao propor a CPI antes da oposição", declara Múcio. O dossiê em elaboração será o mais detalhista possível. No caso do gasto de R\$ 1,4 mil com cartão corporativo para restaurar uma mesa de sinuado do Ministério das Comunicações, dirá que a despesa foi necessária, pois se tratava de patrimônio danificado da pasta.

Apesar de defender a pertinência do gasto, o texto lembrará que foi aberto um procedimento administrativo a fim de saber se o pagamento deveria ou não ter sido feito via cartão. Sobre os R\$ 36 desembolsados pela Radiobrás em troca de uma lona, será alegado que o material era necessário para proteger da chuva jornalistas que fariam a cobertura do carnaval. O documento também negará a compra de bichinhos de pelúcia pela Marinha.

Afirmará que a Força adquiriu um teci-do para forrar uma bandeja na qual foram



DE ACORDO COM O LÍDER DO PMDB HENRIQUE EDUARDO ALVES, "A BASE ESTÁ PREPARADA PARA A CPI"

acomodadas medalhas durante uma cerimônia. Para integrantes do governo, o cartão corporativo foi usado de forma correta na maioria dos casos, e a chiadeira da oposição não passa de mera disputa política. Mesmo assim, é fundamental impedir que pequenas irregularidades detectadas fiquem sem resposta, pois, juntas, podem passar a sensação de ganância desenfreada.

Nesse contexto, o Palácio do Planalto considera modelos as reações às suspeitas levantadas contra Matilde Ribeiro e Orlando Silva. Pressionada por emissários do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Matilde pediu demissão da Secretaria da Igualdade Racial depois de ser divulgado, entre outros, que pagou com cartão corporativo uma compra de

R\$ 461 em um free shop. Antes da decisão, a própria Controladoria-Geral da União (CGU) considerou irregular a operação.

Orlando Silva não deixou o Ministério do Esporte após ter comprado uma tapioca com cartão corporativo. Para se manter no posto e reduzir o desgaste político do governo, decidiu devolver ao erário R\$ 30 mil em gastos realizados por meio do mecanismo. Na ocasião, o ministro fez questão de ressaltar que, se as despesas forem julgadas legais, pedirá o dinheiro de volta ao Tesouro Nacional. "A base está preparada para a CPI", diz o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), que conheceu parte das informações do dossiê em almoço com Múcio e outros integrantes da base na quarta-feira.

Transparência e fiscalização

IZABELLE TORRES
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo fez ontem mais um ato em defesa dos cartões corporativos. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse que o uso dos cartões permite que haja transparência nos gastos públicos e admitiu que é preciso intensificar os mecanismos de controle e fiscalização dos gastos. As declarações foram dadas durante entrevista às emissoras de rádio que compõem a Empresa Brasil de Comunicação.

Paulo Bernardo confirmou que o ministério pretende colocar servidores para analisar as prestações de contas apresentadas por servidores, com o objetivo de evitar a divulgação de irregularidades antes das providências do governo. "Nós precisamos é melhorar ainda mais o controle, além de colocar na internet, precisamos melhorar os nossos mecanismos de verificação, cada repartição rever suas práticas", afirmou o ministro.

A intenção do governo de conceder diárias para os ministros em viagens nacionais e internacionais também foi tratada pelo chefe do Planejamento, que disse ainda ter dúvidas de que o método seja o ideal para controlar os gastos.

Valter Campanato/ABR - 3/1/08



BERNARDO: "PRECISAMOS É MELHORAR AINDA MAIS O CONTROLE E NOSSOS MECANISMOS DE VERIFICAÇÃO"

"A diária tem a vantagem que não dá fofoca. Mas, por outro lado, se o servidor não gasta tudo o que recebeu, fica com o dinheiro porque não precisa prestar contas. Tem também a questão da diária que já existe para servidores ser pequena. É uma situação que tem que ser resolvida, nunca você consegue ter a solução ideal", opinou.

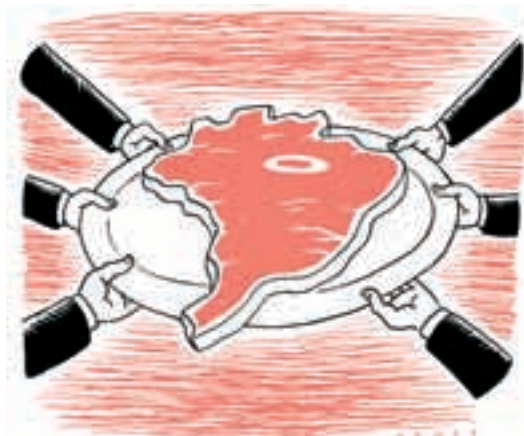
O Correio apurou que alguns ministros não concordam com o método por considerarem que os valores estudados — que devem girar em torno de R\$ 400 — são inferiores aos gastos com transporte, hospedagem e alimentação em algumas cidades brasileiras. Para evitar polêmica em torno do assunto, o ministro resolveu adiar as discussões.

A CULPA NÃO É DO "SOFÁ"

O presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPG), Marfan Martins Vieira, disse ontem que as investigações sobre o uso indevido dos cartões corporativos não devem servir de pretexto para que o instrumento seja extinto. "Não vamos executar o cartão porque isso equivaleria à história do marido que apanhou a mulher em flagrante adultério e mandou retirar da sala o sofá. Isso não resolve o problema", afirmou Vieira, para quem a utilização dos cartões é vantajosa, pois permite maior grau de transparência dos gastos. "O mau uso depende das pessoas", observou. "Na verdade, a idéia do cartão corporativo é uma tese muito boa, tanto é que teve grande adesão. Até na órbita do Ministério Público Federal ele foi implantado."



e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



Demanda é que não vai faltar

Há alguns dias, a principal revista americana sobre a indústria do cinema publicou um texto para dizer que o filme brasileiro *Tropa de elite* é fascista. Foi o que bastou para despertar aqui as vozes de sempre, ecoando o diagnóstico e apresentando o veredicto da *Variety* como prova de que estariam corretas as críticas ao filme de José Padilha.

Num outro episódio, aparentemente desconectado desse, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, protagonizou na quarta-feira o inusitado espetáculo de comparecer ao Congresso Nacional para fazer o papel de advogado do protecionismo europeu contra a carne bovina brasileira.

Nada a ver? Tudo a ver, infelizmente. São ainda marcantes entre nós os traços mentais resultantes de séculos de dominação colonial. Se alguém com sobrenome anglo-saxônico deita falação na *Variety*, ou no *The New York Times*, tem razão a priori. Se a Europa, a pretexto de "proteção sanitária", estabelece unilateralmente o número de fazendas brasileiras das quais importará carne, também está certa, por definição.

Qual foi o último filme americano que merece ser celebrado como crítica radical ao mercado de consumo de drogas nos Estados Unidos? O problema dos gringos com *Tropa de elite* tem a mesma raiz dos ataques desferidos contra a obra pelos nossos círculos supostamente bem-pensantes. Não aceitam o fato de que o consumo pelas classes média e alta é o principal estímulo à produção crescente de drogas e ao narcotráfico. E, portanto, à disseminação da violência e da insegurança. A questão está sintetizada numa das frases antológicas do Capitão Nascimento:

—Eu sempre me pergunto: quantas crianças a gente tem que perder para o tráfico só para um playboy rolar um baseado?

Talvez por ignorância, não me lembro de um filme americano que tenha colocado a questão nesses termos. Dirão os cínicos que é porque os Estados Unidos são o maior mercado consumidor de drogas do planeta. Para compensar esse detalhe, despejam dinheiro, armas e soldados na repressão aos mercados produtores, em países da periferia do sistema. O único problema é que de vez em quando topam com um Evo Morales.

O tratamento que os americanos dão ao flagelo da droga supõe a existência de duas categorias de cidadãos. Os deles, que merecem ser afagados e compreendidos — e cujas escolhas comportamentais devem ser lançadas na conta dos tempos modernos. E os demais, sobre quem vai recair o ônus de pagar pelos pecados de uma sociedade doente.

Ora, também no tema da carne brasileira exportada para a Europa institucionalizam-se duas categorias de consumidores. Se o Ministério da Agricultura considera que determinada carne é adequada ao consumo dos brasileiros, por que razão não seria adequada à mesa dos europeus? Em outras palavras, se um certo produto alimentar não tem condições sanitárias para entrar no mercado europeu, tampouco deveria ter sua venda autorizada aqui.

Os países desenvolvidos compensam a ineficiência de sua agricultura com pesados subsídios e com barreiras protecionistas, algumas vezes embaladas com roupas "ecológicas" ou "sanitárias". É justíssimo que haja preocupações sanitárias e ecológicas quando se trata de produzir alimentos, mas isso não deve nos condenar à ingenuidade ou à subversão nas relações comerciais com o Velho Mundo.

Até porque, recorde-se, a Europa que exige pedigree dos bois brasileiros é a mesma que tenta nos impor a todo custo a importação de suas montanhas de pneus usados. Enquanto pedem de nós vacas com check-up, empurram-nos o lixo deles em forma de borracha.

Se o Brasil acha que as exigências sanitárias da União Europeia são razoáveis, deve implantá-las internamente. Se houver lógica em mais de duas mil fazendas brasileiras de primeira linha serem proibidas de exportar para os europeus, elas devem também ser impedidas de colocar seu produto na casa do cidadão brasileiro. Mas, se o governo acha que os obstáculos são apenas protecionismo disfarçado, deve reagir. Na Organização Mundial do Comércio (OMC) e no mercado. Retaliando. Que os europeus sintam no bolso as consequências da arrogância imperial.

De vez em quando, orgulho nacional nos faria bem. Na cultura e nos negócios. Ainda por cima quando os fatos ajudam. *Tropa de elite* é ótimo e nada tem de fascista. E, no ritmo em que cresce o consumo chinês, demanda por carne de vaca é que não vai faltar.

